



CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Os Baluartes da Tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II. Curitiba: Editora CRV, 2011. p. 335.

João Batista Libanio *

Essa tese doutoral traz excelente contribuição para o conhecimento da caminhada da Igreja no Brasil que, nos anos pós-conciliares, assumiu com coragem e denodo o processo de atualização, apregoado por João XXIII com o significativo termo *aggiornamento*. Chegou a ser Igreja de vanguarda no mundo, especialmente depois das opções evangélicas e ousadas de Medellín.

Nem tudo são flores. Essa mesma Igreja tinha, em seu seio, um dos grupos conservadores mais aguerrido que atuou organizadamente no Concílio Vaticano II. No entanto, após ele, silenciou, guardando pudorosa cautela no meio da onda de avanços, reformas e inovações pós-conciliares. Continuava vivo à espera de oportunidade para levantar a crista.

Desconfiar de silêncios ou falas exageradas revela instinto de pesquisador. O autor enveredou por esse caminho, investigando o silêncio prudencial da ala conservadora, depois das agitações nos tempos anteriores e concomitantes ao Concílio.

Ao abordar o ângulo do conservadorismo, ele ilumina a verdade da Igreja do Brasil. Aliás, o seu viés conservador tem sido menos trabalhado e merece realmente pesquisa séria, sobretudo quando se escolhem, como o autor fez, pessoas altamente representativas.

O conservadorismo teológico não se entende sem relacioná-lo com a modernidade e com as forças que reagiram contra ela. Por isso, na primeira parte do livro, R. Caldeira dedica vários capítulos (1-4) a levantar as forças católicas conservadoras em sintonia com o pensamento antimoderno. Estuda-lhe a gênese (cap. 1), ao mostrar como a Igreja defronta-se criticamente em face de três significativos rebentos da modernidade: Reforma luterana com as três *sola gratia, sola fide e sola Scriptura*, o Iluminismo e seus representantes da

* Doutor em Teologia (Gregoriana-Roma) e professor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje). País de Origem: Brasil. E-mail: secteologia@faculdadejesuita.edu.br

lógica racional-empirista e o ciclo de consolidação dos novos tempos, simbolizados pela Revolução Francesa, por seus princípios liberais e pela forte mentalidade anticlerical. E, do lado católico, o autor atribui correta importância à figura de Pio IX e a publicação do *Syllabus* (1864) e à de Pio X no enfrentamento do que se convencionou chamar de “modernismo” de que Loisy se transformou em figura paradigmática.

Daí brotou uma dogmática antimoderna (cap. 2), cuja herança se prolonga e se concretiza na formação do catolicismo antimoderno brasileiro (cap. 3-4). A história da constituição de tal catolicismo lança luzes sobre as figuras principais da atuação conservadora no Vaticano II: D. Sigaud e D. Castro Mayer. Ambos se tornam epicentro da ala conservadora católica brasileira no Concílio. No périplo histórico, o autor recorda-nos as fricções entre Igreja e Estado no Império, nos inícios da República com o conhecido fenômeno da romanização. A figura de D. Leme merece destaque no sentido de sua dupla preocupação com a ignorância religiosa e com a perda de presença pública da Igreja. O modelo de neocristandade teve apogeu entre os anos de 1930-1945, precisamente no primeiro período do Governo de Getúlio Vargas. Outro personagem que emerge como central e símbolo expressivo do conservadorismo católico se chama: Plínio Corrêa de Oliveira que fundará a TFP. Congrega em torno de si os dois bispos conservadores citados: D. Sigaud e Castro Mayer.

Na segunda parte, entra-se no miolo da pesquisa. O autor apresenta o Concílio Vaticano II como a arena do embate das forças conservadoras e progressistas. Interessa-lhe pesquisar como os bispos conservadores brasileiros atuaram. Na descrição do quadro, um capítulo introdutório trabalha a figura do Papa João XXIII e a ideia do Concílio (cap.5).

Na fase antepreparatória conciliar se fez consulta aos bispos de todo o mundo sobre os rumos que o Concílio deveria tomar. O autor, citando o então frei Baraúna, classifica o episcopado brasileiro em três grupos: minoria ultraconservadora, minoria precursora e profética e a maioria de conservadores moderados. A pesquisa deter-se-á, principalmente, no primeiro grupo em que se situam os dois bispos a serem especialmente estudados.

O autor caracteriza o primeiro período do Concílio, ainda sob o pontificado de João XXIII (set-dez 1962), como aglutinação e reorganização das tendências (cap. 6). Dedicar atenção ao bloco antimoderno, cujas bases se encontravam na Cúria Romana e nas Comissões antepreparatórias. As figuras dos cardeais Ottaviani, Ruffini, Browne, Siri constituíram verdadeiro baluarte da tradição. Eles sentiram primeiro choque desorientador

com o Discurso de João XXIII de abertura do Concílio, ao definir-lhe a linha como abertura pastoral e ecumênica, no espírito de *aggiornamento*.

Os bispos progressistas se articulam em torno dos Cardeais Suenens, Liénart, Frings, Alfrink, Döpfner e König. Merece menção a figura articuladora de Dom Helder na estruturação desse grupo.

Nesse primeiro período, a discussão sobre a Liturgia serviu para demarcar os campos. A polêmica sobre a substituição do Latim pela língua vernácula concentrou as energias dos grupos opostos. E interveio como outro tema divisor de águas o esquema sobre a Revelação na perspectiva das Duas Fontes.

O autor termina a reflexão sobre esse Primeiro Período do Concílio com a observação de que, no desenrolar dos trabalhos, os grupos, pouco a pouco, começam a falar mais alto que os indivíduos. “Tal dinâmica também levou a nucleação dos elementos antimodernos e os primeiros movimentos para a instituição do *Coetus Internationalis Patrum*, que será o grande baluarte dos conservadores nos trabalhos conciliares ulteriores”.

Ao tratar do Segundo Período [set-dez 1963], já no Pontificado de Paulo VI, o autor situa-o sob o signo do controle feito pela maioria conciliar (cap. 7). O novo Pontífice introduz modificações e aberturas no Concílio. Nomeia quatro cardeais da ala progressista para moderarem as sessões conciliares: Card. Döpfner, Suenens, Lercaro e Agagianian. Ele coloca-se visivelmente em favor desse grupo.

A ala conservadora, porém, permanece firme na luta. O autor analisa as intervenções de D. Sigaud. Uma delas dirige-se contra a ideia de que o Papa e os bispos constituem “Colégio verdadeiro e permanente”, ao defender o primado do Papa.

O tema eclesiológico ocupou o prosaísmo da polêmica entre os dois grupos. Difícil e controvertida se processou a votação sobre a alternativa de inserir o Esquema sobre a Virgem Maria no da Igreja ou de mantê-lo como Documento à parte. Prevaleceu a primeira posição por razões ecumênicas, sensíveis ao grupo progressista. E assim muitas outras questões que o autor estuda.

No Terceiro Período [set-nov 1964], o livro aprofunda a atuação do grupo conservador antimoderno, constituído, enfim, *ex officio* como *Coetus Internationalis Patrum* (cap. 8).

Discute-se sobre quando realmente tal grupo se criou. Há dificuldade de acesso às fontes para definir-lhe claramente o real constituir-se e o agir. Na falta clareza, no entanto,

quanto a seu espírito antimoderno. Fala-se antes de um *piccolo comitato* e que, em 1963, segundo uns, e só em 1964, segundo outros, assume esse nome latino solene.

O autor persegue, nas páginas seguintes desse capítulo, a atuação do *Coetus* em relação aos esquemas conciliares propostos à discussão. Chama a atenção para o notável papel do grupo ultraconservador brasileiro no desempenho da logística do grupo. Plínio de Oliveira, membros da TFP, algumas figuras da família real do Brasil acompanhavam de perto tal desenrolar. A pessoa de Lefebvre exerce papel importante nas tramas conservadoras. Por cima do Concílio, o grupo procurava agir diretamente sobre Paulo VI com críticas e reivindicações.

Houve uma semana, chamada impropriamente pelos progressistas de “semana negra” (set 1964) – resquícios racistas – em que os conservadores conseguiram vitórias, sobretudo com a *nota explicativa praevia* adscrita à Constituição dogmática *Lumen gentium*. Segundo o Secretário Geral do Concílio, ela fora imposta por “autoridade superior”. Além disso, acrescentaram-se emendas do decreto sobre o ecumenismo, retiram para ulterior estudo o esquema sobre a liberdade religiosa e o Papa proclamou Maria Mãe da Igreja. Fatos interpretados pelos conservadores como conquistas.

O último capítulo (cap. 9) aborda o Quarto Período (set-dez 1965). O Concílio caminha para o fim. Considera-se já o começo da recepção conciliar. Paulo VI sinalizava pequenos retrocessos e temores em face dos avanços que aconteciam na Igreja por obra da renovação litúrgica desencadeada pelo Concílio. Ao longo do ano de 1965, fizera discretos alertas em discursos e alocações, máxime na Encíclica *Mysterium fidei* (3 de Setembro de 1965).

Esse período tinha diante de si o espinhoso tema da Liberdade Religiosa. Pomo de discórdia entre os grupos opositores. Os conservadores distribuíram material, apontando os perigos e erros no Esquema, tais como: indiferentismo, irenismo e laicismo. Sugeriram votar *non placet ad integrum textum et omnes eius partes*. Outro assunto polêmico decorreu do Esquema XIII que evoluiu na *Gaudium et spes*.

Se alguém, com senso de historiador, percorrer esse livro, sentirá algo da real vida da Igreja com tensões e até contradições. Texto de imenso valor de investigador que nos faz conhecer por dentro as jogadas dos conservadores, sem julgar-lhes a intenção subjetiva.

O livro apresenta síntese clara, concisa e suficiente do surgir da modernidade e seus movimentos que provocaram a posição conservadora e até reacionária no seio católico a

fim de situar os protagonistas brasileiros estudados. Contém admirável nível de informação, fruto de detida e detalhada pesquisa. Revela muita exatidão conceitual nos termos teológicos. Manifesta excelente conhecimento do mundo eclesiástico nas diferentes facetas da dogmática, da disciplina, da moral, da organização.

Está aí um veio importante para entender o momento presente de Igreja e lança luzes sobre os atuais reflexos neoconservadores. O livro cobre amplo arco de tempo e contribui para situar-nos melhor nas pequenas contingências sublunares, ao conhecer o movimento maior dos astros.

Merece elogios a rigorosa objetividade historiográfica. A hermenêutica mostrou-se bem fundamentada em fatos, em atores, em discursos, em textos. A trama principal do livro do embate entre a minoria antimoderna, conservadora e a Aliança Universal da maioria conciliar, progressista se desenrolou com objetividade clara e atraente.

Aparece visivelmente o traço de os conservadores repisarem poucos pontos como estratégia de combate. Realizam o famoso adágio latino: *non multa, sed multum*. Não muitas coisas, mas poucas intensamente.

O livro identifica bem a temática principal da minoria antimoderna: antijudaísmo, anticomunismo, centralidade mariana, autoridade papal, medo da hermenêutica. Desenvolveu bem a discussão sobre a colegialidade, sobre a liberdade religiosa, que servem para mostrar o ponto nodal dos conservadores e sua lógica. Numa palavra: vale a pena conhecer a antecâmara conservadora. Que cada um emita o próprio juízo e tome suas decisões. O livro oferece excelente material.